

ISOLAMENTO COMO FORMA DE PROTEÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA QUARENTENA EM *ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA*¹

Adriana Gonçalves da Silva
Mestranda em Letras – Universidade Federal de Viçosa

Resumo: O romance *Ensaio sobre a cegueira*, publicado em 1995, por José Saramago, possui como enredo uma epidemia insólita que assola repentinamente toda uma população. O mal-branco como passa a ser chamada a cegueira que os atinge, espalha-se rapidamente causando dificuldades de controle pelos órgãos públicos. Surge então a quarentena como principal medida governamental para conter os contágios. Entretanto, aqueles que passam a depender diretamente do Estado vivenciam um crescente descrédito no poder público, uma vez que as condições mínimas de sobrevivência dos internos não são garantidas e seus direitos de cidadãos não são guardados. O presente artigo visa, portanto, analisar como se dão estas tensões de poder durante o estado de sítio ao qual esses indivíduos são entregues, bem como a resposta da população que descrente, individualiza-se cada vez mais em torno de seus próprios interesses.

Palavras-chave: Narrativa portuguesa contemporânea. José Saramago – *Ensaio sobre a cegueira*. Poder – Tema literário.

Abstract: The novel *Blindness*, published in 1995 by Jose Saramago, has as plot a fantastic devastating epidemic that hits an entire population suddenly. The “white-evil”, name given to the blindness, spreads rapidly rendering difficulties to public agencies to control. The quarantine arises then as the main government measure to refrain the contagion. However, those who directly depends on the State experience a growing discredit on the government, since the inmates minimum survival conditions are not guaranteed and their rights as citizens are not preserved. This article therefore aims at examining these tensions of power along the state of siege to which these people are yielded, as well as the response given by incredulous population that increasingly individualizes themselves on their own interests.

Keywords: Contemporary Portuguese Narrative. José Saramago – *Blindness*. Power – Literary Theme.

A democracia em que vivemos é uma democracia
seqüestrada, condicionada, amputada.

José Saramago

Já afirmava Freud, em *O mal-estar da civilização*, que “o homem civilizado trocou uma parcela de possibilidade de felicidade por uma parcela de segurança”². E nessa quota requerida pela segurança esvai-se em grande parte a liberdade de ação do indivíduo, que precisa constantemente podar seus impulsos. Em *Ensaio sobre a cegueira*, a liberdade requerida dos indivíduos ultrapassa o limite do controle de suas agressividades ou de molde comportamental de acordo com as convenções sociais pré-estabelecidas; a

liberdade requerida atinge bruscamente o ato de ir e vir, a mobilidade dos indivíduos, em prol da segurança dos demais. Com a medida drástica da quarentena, o Governo repete uma prática historicamente já efetuada, “herdada dos tempos da cólera e da febre amarela” (SARAMAGO, 2008, p. 45), em que impõe sua força sobre determinado grupo de indivíduos em favor de salvaguardar os outros. A liberdade do indivíduo é sacrificada em prol da segurança do coletivo, uma equação constantemente não resolvida, conforme atesta Freud, e sobre a qual trata o sociólogo Zygmunt Bauman em seu livro *Comunidade*, resumindo bem a questão:

Segurança sem liberdade equivale a escravidão [...] liberdade sem segurança equivale a estar perdido e abandonado [...] a segurança sacrificada em nome da liberdade tende a ser a segurança dos *outros*; e a liberdade sacrificada em nome da segurança tende a ser a liberdade dos *outros* (BAUMAN, 2003, p. 24).

Na obra, tanto a segurança quanto a liberdade se configuram enquanto dos **outros** ou apenas dos externos, ao passo que os internos, ou entregues a esse novo modelo de campo de concentração, não possuem nem a segurança provinda do aparato estatal, muito menos a liberdade, pois são encarcerados pelo próprio.

A cegueira representava para as autoridades, por meio do medo do risco de contágio, uma passagem da ordem para a desordem pública. Escolhendo um antigo manicômio como sítio, as autoridades passam então a recolher aqueles que já estão contaminados, bem como os que estão na eminência do risco de contágio pelo contato ou convívio com o infectado. A coerção exercida pelo Estado em direção aos cegos instaura uma política de exceção, um estado de sítio em que o alarde precisa, mesmo que aparentemente, surgir controlado. Nesses casos, medidas provisórias assumem estatuto de lei e são tomadas como práticas legitimadas, embora não possuam legalidade jurídica: “o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p. 12). Desse modo, as situações vivenciadas na quarentena são justificadas pela tentativa de manter a ordem local. No entanto, o que ocorre dentro daquele espaço é a total entrega dos indivíduos à sua própria sorte, já que depois desse isolamento não haverá nenhuma interferência externa na ordenação daquele espaço.

A posição social desses indivíduos, o **status** que outrora ocupavam não serão mais levados em conta, pois na condição de cegos, fica comprometida a capacidade de exercerem os seus papéis: “tão longe estamos do mundo que não tarda que comecemos a não saber quem somos, nem nos lembramos sequer de dizer-nos como nos chamamos, e para quê, para que iriam servir-nos os nomes” (SARAMAGO, 2008, p. 64). Todos são separados e isolados como o joio no meio do trigo ou como excedentes de produção, prontos a serem descartados.

O fato é que a preocupação do Governo, ao tomar a medida da quarentena, não se refere a uma preocupação com esses que estão na situação de cegos, mas com os demais, que ainda servem à engrenagem social e os quais ainda precisam ser encontrados saudáveis para que a ordem permaneça. Esse tipo de preocupação nos recorda tantas outras típicas da modernidade racional e burocrata. A busca de resolução emerge com a centralização da violência e produção da indiferença social, como é exemplo o extermínio dos judeus promovido por Adolf Hitler, que, em 1942, se pronunciava numa carta à Himmler da seguinte forma:

A batalha na qual nós estamos engajados hoje é do mesmo tipo que a batalha liderada, no século passado, por Pasteur e Koch. Quantas doenças não tiveram sua origem no vírus judeu... Nós não encontraremos nossa saúde sem eliminar os judeus (BAUMAN, 1998, p. 93).

É evidente que na obra ocorre o mesmo processo: o corpo doente é lançado fora do meio social para proteger os demais da contaminação. Tal fato pode ser corroborado pelo discurso gravado para ser repetido todos os dias com a chegada de um novo grupo de cegos. O discurso surge no alto-falante fixado acima da porta de entrada do manicômio após um firme pedido de atenção que se repete por três vezes, até que uma voz começa a proferi-lo, do qual transcrevemos um trecho:

O Governo lamenta ter sido forçado a exercer energeticamente o que considera ser seu direito e seu dever, proteger por todos os meios as populações na crise que estamos a atravessar, quando parece verificar-se algo de semelhante a um surto epidêmico de cegueira, provisoriamente designado por mal-branco, e desejaria poder contar com o civismo e a colaboração de todos os cidadãos para estancar a propagação do contágio [...] O Governo está perfeitamente consciente das suas responsabilidades e espera que aqueles a quem esta mensagem se dirige assumam também, como cumpridores cidadãos que devem ser, as responsabilidades que lhes competem, pensando que o isolamento em que agora se encontram representará, acima de quaisquer

outras considerações pessoais, um acto de solidariedade para com o resto da comunidade nacional (SARAMAGO, 2008, p. 50).

A seguir, é anunciada uma série de instruções relativas a ordem, alimentação, doença, morte, higiene, casos de desrespeito às regras e a ressalva de não haver sob nenhuma hipótese intervenção externa, terminando com o dizer: “O Governo e a Nação esperam que cada um cumpra o seu dever. Boas noites” (SARAMAGO, 2008, p. 51).

Acerca desse discurso, algumas considerações irrompem de imediato sobre sua organização: primeiro há uma justificativa por tal medida, depois uma série de recomendações que aparentam mais imposições, (num total de quinze) e por último o esclarecimento da repetição da comunicação todos os dias no mesmo horário e os cumprimentos que carregam consigo uma transmissão das responsabilidades aos sujeitos que os estão ouvindo.

A estrutura montada ao redor daquela instituição contava com soldados de guarda como forma de coibir as tentativas de fuga. Entretanto, esses soldados não interagiam diretamente com os doentes, apenas os guiavam com comandos de voz, o que denota o distanciamento arraigado na indiferença à condição do **outro**. Na descrição da entrada da mulher do médico e seu esposo no recinto, é configurada a rigidez militar com que serão tratados a partir de então e o caráter diferencial, quase não-humano como são vistos: “O portão foi aberto à justa para eles passarem, e logo fechado” (SARAMAGO, 2008, p. 47). A ideia do cerco em torno desses indivíduos lança um olhar marginalizador e animalizador; antes mesmo que os instintos se sobreponham à civilização e à humanidade de cada um, são de antemão vistos e tratados como não humanos. Fatores como o racionamento da comida entregue, o desprezo e a falta de disposição ao diálogo com os internos, além do ambiente em que são colocados, denunciam o olhar dispensado a esses indivíduos. Essa constatação é facilmente percebida a partir da fala do segundo sargento a ocupar o cargo de vigilância: “o melhor era deixá-los morrer à fome, morrendo o bicho acabava-se a peçonha” (SARAMAGO, 2008, p. 89). Outro ponto seria a descrição do ambiente pelo narrador quando a mulher do médico faz o reconhecimento do espaço físico, aliás, a única capaz de fazê-lo, por ser a única dotada de visão - em que denuncia o descaso público com as condições de saúde e higiene daqueles que seriam enviados para o local: “Por trás do edifício havia uma

cerca abandonada, com árvores mal cuidadas, os troncos davam a ideia de terem sido esfolados. Por toda a parte se via lixo” (SARAMAGO, 2008, p. 47).

O aspecto que surge na obra, embora pareça de antemão um quadro bastante exacerbado, não se configura como uma prática apenas na ficção. Michel Foucault, em *Microfísica do poder*, afirma que, no século XVII, a criação da instituição hospitalar serviu para o afastamento de pobres, doentes, prostitutas etc, das vistas da burguesia. O local era mantido precariamente por religiosos, que se ocupavam da salvação da alma, mas não do corpo (FOUCAULT, 1979, p. 100). Outro aspecto é o salientado em *Vigiar e punir* sobre o registro histórico da criação desse tipo de instituição, como a prisão, por exemplo, a qual sempre possuía em seus edifícios um modelo físico que evidenciava formas de domínio e coerção (FOUCAULT, 2003, p. 165). A estrutura do manicômio utilizado para a quarentena desses personagens retoma essa estrutura com a configuração de um posto elevado (**panóptico**) de onde os policiais controlam o fluxo dos cegos sem ao mesmo tempo precisar ter contato imediato com eles. A presença do panóptico configura um exercício de poder autoritário sobre esses cidadãos.

Esse poder inicialmente aparece prefigurado pela presença do sargento, que está implementando a ordem. Depois, com a cegueira dele, outro irá ocupar o posto, o mesmo se sucede com os soldados, que são de tempos em tempos substituídos. A frequência com que são trocados e o fato de não serem eles os mandantes das ações, mas apenas estarem subjugados ao Governo, denuncia uma característica da sociedade na qual se inserem, imersa no constante movimento e instabilidade dos cargos: “Sargento era, mas não o de antes” (SARAMAGO, 2008, p. 84). O antigo modelo panóptico de poder utilizado largamente como doutrinador na época da industrialização “prendia os subordinados ao lugar, aquele lugar onde podiam ser vigiados e punidos por qualquer quebra de rotina. Mas também prendia os supervisores ao lugar, aquele de onde deviam vigiar e administrar a punição” (BAUMAN, 2003, p. 35), porém, a sociedade que aparece de antemão configurada em *Ensaio sobre a cegueira* é uma sociedade imersa no terceiro estágio dessa industrialização, vivendo um novo momento, que é o da Globalização de bens e serviços³. Nesse novo tempo vivenciado, a estrutura do panóptico não se torna mais prática relevante ou recorrente no meio industrial, mas ela é substituída por uma espécie de superego coletivo, em que a doutrinação desses operários dispensa o desgaste do patrão, que, aliás, não mais se expõe como antes,

livrando-se paulatinamente dos encargos que o incomodam, passando a terceirizar essas ações. Os encarregados são agora os responsáveis por transferir as ordens aos demais, expondo a face pelo patrão e recebendo também os insultos por ele:

O serviço e o policiamento da ordem viraram uma batata quente alegremente descartada pelos que são suficientemente fortes para livrar-se da incômoda sucata, entregando-a de pronto aos que estão mais abaixo na hierarquia e são fracos demais para recusar o presente venenoso (BAUMAN, 2003, p. 42).

Na obra, os responsáveis por ocupar o posto de vigilância em favor do Governo são os militares que passarão a prestar contas ao mesmo tempo de suas ações e das dos cegos. Um exemplo dessa característica do poder terceirizado é observado em determinado momento, quando os personagens médico e sua esposa tentam contatar as autoridades ali presentes no intuito de ajudar o ladrão de automóveis que se encontra ferido na perna e com febre⁴. Em busca de remédios para curar a infecção que ali se desenvolvia, os personagens se aproximam do átrio da porta principal. Nesse momento, o sargento ameaça usar seu armamento contra eles caso não retornem para dentro do manicômio, salientando que cumpre ordens de não deixar que ninguém saia e de enviar-lhes somente comida. Diante as ameaças, a mulher do médico profere: “não há nada a fazer, eles nem têm culpa, estão cheios de medo e obedecem a ordens” (SARAMAGO, 2008, p. 69). A terceirização do poder aparece claramente, pois não são eles que respondem pelas reivindicações, não são eles os responsáveis e o indivíduo não localiza a face da força impositora. Apesar de terem afirmado que um dos papéis que desempenham, além de manter a ordem, é a entrega da comida, há desde o início uma inadequação entre a quantidade de cegos e a quantidade de porções. Assim, torna-se crítica a situação com a constante chegada de novos cegos. A resposta aos apelos dos confinados em outro momento da obra mostra a limitação das ações dos soldados, responsáveis apenas por entregar aquilo que recebem: “Isso de comida não é com o exército” (SARAMAGO, 2008, p. 85).

Na tentativa de articulação, o pedido feito pelo médico a fim de que o sargento entrasse em contato com seu superior para o provimento dos remédios foi recebido como um insulto à autoridade destes, o que os fez reagir com ameaças. Tal atitude justifica-se como um reconhecimento da debilidade da força que os soldados exercem condicionada a uma força de maior grandeza, que por sua vez não é a executante das ações. Embora

as ameaças não se cumpram e o casal retorne ileso à sua camarata, outros não terão a mesma sorte, como o próprio ladrão, que busca auxílio com suas forças, arrastando a perna com o ferimento até que, ao atingir o portão, acaba morto pelo disparo de um policial que se assusta com a cena. Em outro exemplo, um grupo de cegos que, à espera de comida e sabendo ser ela insuficiente para todos, posiciona-se de modo a ouvir o barulho do ranger do portão para apanhá-la, assustando, aqueles que a estavam depositando no átrio e provocando o disparo dos soldados de guarda:

Soltando berros de medo, largaram as caixas no chão e saíram como loucos pela porta afora. Os dois soldados da escolta, que esperavam no patamar, reagiram exemplarmente perante o perigo. Dominando, só Deus sabe como e porquê, um legítimo medo, avançaram até ao limiar da porta e despejaram os carregadores. Os cegos começaram a cair uns sobre os outros [...]. (SARAMAGO, 2008, p. 88).

Nesse momento, o estado de exceção encontra-se configurado por inteiro mediante à violência justificada. É a legalização daquilo que não pode encontrar aparato legal: “O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo” (AGAMBEN, 2004, p. 13). O questionamento do médico é como se introduzisse o **dedo na ferida** de um sistema fragilizado, revelando o calcanhar de Aquiles que as autoridades se esforçam por esconder. O sistema democrático apresentado na obra é o mesmo apontado pelo autor na discussão do Fórum Social Mundial realizado em janeiro de 2005, dez anos após a publicação do romance, no qual Saramago enfatiza que a democracia existente com o poder globalizado é uma “democracia seqüestrada, condicionada, amputada” a servir aos interesses daqueles que ocupam as esferas maiores, que não estão ao alcance do indivíduo comum. Assim, aqueles que verdadeiramente determinam o rumo da economia e dos direitos dos cidadãos não são eleitos por esses mesmos cidadãos,

as grandes decisões são tomadas em uma outra grande esfera e todos sabemos qual é. As grandes organizações financeiras internacionais, os FMI, a Organização Mundial do Comércio, os bancos mundiais. Nenhum desses organismos é democrático (SARAMAGO, 2007).

E aqueles que são os elegíveis localmente (como governador ou presidente da República) são políticos que estão em um patamar direta ou indiretamente dependente das resoluções dadas nessa outra esfera dos verdadeiros donos do mundo: “grande parte

do poder de agir efetivamente, antes disponível ao Estado moderno, agora se afasta na direção de um espaço global” (BAUMAN, 2007, p. 8). Assim é que “todos os principais problemas – os metaproblemas que condicionam o enfrentamento de todos os outros – são *globais* e, sendo assim não admitem soluções locais” (BAUMAN, 2007, p. 31), instaurando um poder público que perdeu uma parcela de seu poder para essas outras esferas das quais é agora refém⁵.

Quando a cegueira epidêmica se espalha na sociedade de *Ensaio sobre a cegueira*, estamos diante um problema que, embora a princípio seja localizado, passa a englobar os metaproblemas universais, como a fome, o controle da violência e o excedente populacional – que pode ser tomado como metáfora dos novos leprosos do século XX, os desempregados, os deportados ou os sem lugar social passível de ser habitado –, que serão na obra os contaminados pela cegueira. O desespero das ações tomadas pelas autoridades em favor da ordem termina por criar a desordem em contrapelo, que é explicada em favor da comunidade que protegem ou como forma de alegar legítima defesa, numa política em que os fins justificam os meios:

O exército lamenta ter sido obrigado a reprimir pelas armas um movimento sedicioso responsável pela criação duma situação de risco iminente, da qual não teve culpa directa ou indirecta, e avisa que a partir de hoje os internados passarão a recolher a comida fora do edifício, ficando desde já prevenidos de que sofrerão as conseqüências no caso de se manifestar qualquer tentativa de alteração da ordem, como aconteceu agora e a noite passada tinha acontecido. Fez uma pausa, sem saber muito bem como conviria terminar, tinha-se esquecido das palavras próprias, certamente as havia, só soube repetir, Não tivemos culpa, não tivemos culpa (SARAMAGO, 2008, p. 89).

A situação perde ainda mais o controle quando os cegos deixam de ser um grupo reduzido e passam a ser expressão da massa urbana, tanto em relação à quantidade quanto ao fato de abordar toda sorte de indivíduos. Com a chegada no manicômio do primeiro grande número de cegos, que o narrador descreveu como “trazidos em rebanho” (SARAMAGO, 2008, p. 72), a desordem que irá se instaurar já é alardeada na confusão que se principia na entrada, durante a qual entravam empurrando, gritando, espremendo-se e alguns são até mesmo pisoteados. Nesse momento, “a mulher do médico, sentada na cama, ao lado do marido, disse em voz baixa. Tinha de ser, o inferno prometido vai principiar” (SARAMAGO, 2008, p. 72). O alarde permanece até que todos consigam encontrar o seu leito. Por fim, quando o silêncio começa novamente a

se restabelecer, surge o alto-falante com as recomendações. Agora elas não seriam recebidas por esse novo grupo apenas com ar de estupefação, seja pelas informações que eles recebiam enquanto estavam fora da quarentena, seja pelos muitos que ajudaram a mandar para lá e que jamais voltaram, seja como pelas declarações do poder público, cujas medidas anunciadas demonstravam total despreparo para lidar com a epidemia e encontrar a cura dela. O clima de tensão vivenciado por esses indivíduos, mesmo quando ainda viam, não lhes possibilitava qualquer sentimento esperançoso ou positivo: De tal modo eram embebedos de medo e de frustração, que “quando a voz se calou, levantou-se um coro indignado de protestos. Estamos fechados. Vamos morrer aqui todos, Não há direitos, Onde estão os médicos que nos tinham prometido”(SARAMAGO, 2008, p. 73), diziam.

A certeza do permanente isolamento e de que não receberiam qualquer tipo de auxílio necessário se torna latente em todos, o sentimento de desamparo e o instinto de sobrevivência surgem concomitantemente. Por mais que estejam encerrados em grande número, cada vez mais eles se afastam do modelo corrente de civilização do qual faziam parte. Isso porque os interesses pessoais começam a emergir com a constatação da ausência de ordem, sobrepondo-se aos interesses comunitários. Na ausência de um Estado protetor, os indivíduos, cada vez mais sem foco em todas as suas esferas, sentem-se angustiados pela falta de um ponto de apoio, de uma totalidade que os represente, e dessa profunda angústia surge o isolamento como forma de proteção. Freud, em *O mal-estar da civilização*, prevê que a civilização precisa de um eixo centralizador que faça com que as particularidades abram mão de suas parcelas em prol do social. Quando isso não ocorre, o que há é a individualização: “O isolamento voluntário, o distanciamento dos demais, é o método de proteção mais imediato contra o sofrimento capaz de ser suscitado nas relações humanas. É claro que a felicidade alcançada por tal caminho não pode ser senão a da quietude”⁶.

Outro símbolo surge como denotador desse afastamento: o relógio da mulher do médico, único que ainda funcionava, repentinamente para por falta de corda, não sendo mais possível que ela, única visionária, ainda possa utilizá-lo e saber o horário, se dia, tarde ou noite, dado ao completo alheamento vivenciado dentro do manicômio:

Tinha-se esquecido de dar corda ao maldito relógio, ou maldita ela, maldita eu, que nem sequer esse dever tão simples tinha sabido cumprir, ao cabo de apenas três dias de isolamento. Sem poder dominar-se, desatou num choro convulsivo, como se lhe tivesse acabado de suceder a pior das desgraças (SARAMAGO, 2008, p. 100).

Ao cabo dos três dias, o descrédito com o poder público está claramente instaurado: “O que eu gostava de saber é se eles também cegam, Eles, quem, Os soldados, Na minha opinião, até deviam de ser os primeiros” (SARAMAGO, 2008, p. 102). Os internos percebiam na atitude dos civis total indiferença à situação sub-humana da quarentena. Aquela indiferença que um comandante tivera a coragem de não apenas pensar como manifestar, ao dizer que:

o problema dos cegos só poderia ser resolvido pela liquidação física de todos eles, os havidos e os por haver, sem contemplações falsamente humanitárias, palavras suas, da mesma maneira que se corta um membro gangrenando para salvar a vida do corpo (SARAMAGO, 2008, p. 105).

Esse pronunciamento o levou ao suicídio no momento em que cegou, como no mito edipiano, em que a justiça é feita mesmo que contra si próprio: “Quer ver a novidade, aquele coronel de quem lhe falei cegou, A ver agora que pensará ele da ideia que tinha, Já pensou, deu um tiro na cabeça” (SARAMAGO, 2008, p. 111).

A princípio, existia no manicômio uma divisão em duas alas, uma para os efetivamente cegos e outra para aqueles apenas contaminados. Com a chegada de mais duzentos cegos foi impossível manter tal divisão, o que provocou indignação na ala dos contagiados. A princípio relutaram contra, com socos e pontapés, mas depois eles se cegaram de imediato, tornando a luta em vão. Existia efetivamente um documento elaborado pelo Ministério da Saúde que garantia a divisão entre a ala dos cegos e dos potencialmente contaminados pelo contato, pois se “podia prever, com altíssimo grau de probabilidade, que todos eles acabariam por cegar” (SARAMAGO, 2008, p. 113), no entanto, tal documento não foi cumprido. Nessas alturas o estado de exceção fazia valer de recursos em detrimento da lei e o único valor de legalidade estava relacionado à força e à imposição.

Com todos esses pormenores, a constatação de que eles estão entregues à própria sorte promove uma organização primitiva e bárbara⁷ entre os cegos. Um momento de elo com o mundo externo ocorre na primeira camarata com a chegada do último cego a ocupar um leito, o velho da venda preta. Curiosamente, todos os pacientes do médico se encontraram agora na primeira camarata. O velho da venda preta carregava consigo um rádio a pilhas que serviu para ouvir algumas notícias e atender ao apelo da rapariga dos óculos escuros de um pouco de música. As notícias dos últimos dias, o próprio dono do rádio fez questão de resumi-las. A música pedida, por sua vez, devolve um pouco de paz e harmonia e traz a ilusão da normalidade, serve como um bálsamo aos cegos que se deixam ficar naquelas ondas, em um minuto de reconforto, de contato direto com uma sensibilidade que se ia perdendo naquele ambiente.

Uma vez que os cegos foram educados em uma cultura ocidental que pressupõe um ideal de civilização⁸ pautado em valores correntes e convencionados, a constatação é que se retirados do sistema e da ordenação conhecida, eles retornam a um modo de vida muito próximo ao primitivo, sobretudo pela forma como são tratados, como se fossem deveras de outra espécie, como se junto com a cegueira perdessem muito mais do que a capacidade de ver e de comungar de um mundo visível, como se perdessem de fato uma parcela de humanidade e dignidade. Sob esse prisma, a mulher do médico desenvolve um importante papel pedagógico na primeira camarata que ocupa, lembrando aos cegos suas naturezas, mesmo que restringidas, ainda humanas:

Se não formos capazes de viver inteiramente como pessoas, ao menos façamos tudo para não viver inteiramente como animais, tantas vezes o repetiu, que o resto da camarata acabou por transformar em máxima, em sentença em doutrina, em regra de vida, aquelas palavras, no fundo simples e elementares (SARAMAGO, 2008, p. 119).

A ordenação motivada pela mulher do médico não é impositiva e não ultrapassa princípios éticos. Talvez a forma que encontraria de se impor sobre os demais seria com a revelação de que via, mas o temor de que lhe fizessem escrava demonstra o caráter fragilizado da personagem: “Sou cobarde, murmurou exasperada, para isto mais valia estar cega” (SARAMAGO, 2008, p. 136). Em contrapartida, aproveitando-se da fragilidade daquele ambiente desordenado, os cegos ocupantes da terceira camarata, ao lado esquerdo, assumem uma postura e uma ordem tanto ou mais coercitiva do que

aquela que era imposta a todos na quarentena. O fato de um deles possuir uma arma de fogo favorece para que se imponham sobre os demais. É instituída então uma nova ótica capitalista, e eles apropriam-se da alimentação, já insuficiente, fornecida pelos governantes, para em troca atender aos seus interesses de comercializá-la. O sistema democrático de divisão das caixas de alimentos de acordo com o número de ocupantes das camaratas foi substituído por um sistema autoritário, em que se determinava a quantidade distribuída para cada camarata de acordo com a quantidade de objetos de valor apresentada. A nova ordem imposta por esses é conseguida pela força, de acordo com a lei dos mais fortes, exercendo a forma mais cruel do capitalismo, sem quaisquer princípios éticos: “Aqui, onde deveria ter sido um por todos e todos por um, pudemos ver como cruelmente tiraram os fortes o pão da boca aos débeis” (SARAMAGO, 2008, p. 205).

Os cegos da terceira camarata repetem o mesmo modelo de civilização conhecido, o que atesta que o modelo de sociedade criado pelo capitalismo aboliu definitivamente a possibilidade da manutenção do estatuto de comunidade pautado na distribuição e igualdade de renda, estatuto que já não nos é mais reconhecível. Citando Dench, Bauman afirma que:

o traço da comunidade que leva todos os que podem a fugirem dela: uma parte integrante da idéia de comunidade é a “obrigação fraterna” “de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles”. Esse traço por si só faz do “comunitarismo” “uma filosofia dos fracos” (BAUMAN, 2003, p. 56).

Além da arma de fogo, eles possuíam outra ferramenta essencial ao mundo do mal-branco: a presença de um cego legítimo, um cego acometido pela cegueira negra e que há muito se encontrava habituado ao mundo desprovido das imagens. Pelo recurso e domínio do método braille, ele se tornou responsável pela contabilidade do que arrecadavam. Mesmo sabendo das dificuldades em que seus semelhantes se encontravam, não foi possível nascer nesse cego nenhum espírito de compaixão, pois sob o teto e a proteção dos cegos malvados ele sabia que a alimentação estava garantida.

Dessa forma, a busca de sua própria sobrevivência está acima dos interesses comunitários. Torna-se muito mais cômodo a esse cego não se importar com questões humanitárias ou éticas, mas trabalhar para os cegos da terceira camarata em troca de sua

parcela de naco de pão que lhe garanta a vida, do mesmo modo que muitas relações são mantidas na sociedade hodierna. É notório que, mesmo apartados da sociedade, a cegueira e a quarentena como nova condição não foi o suficiente para que os personagens se solidarizassem, pois eles continuaram a viver em torno de seus próprios interesses: “não creias que a cegueira nos tornou melhores, Também não nos tornou piores” (SARAMAGO, 2008, p. 135).

O retrato pretendido na obra é o de uma sociedade que possui indivíduos que se julgam autossuficientes na defesa de seus próprios interesses, e esse isolamento e preocupação apenas com seus anseios farão com que se desintegre o que chamamos de comunidade e, por conseguinte, de civilização:

A vida humana em comum só se torna possível quando se consegue reunir uma maioria mais forte do que cada um dos indivíduos e que permaneça unida contra qualquer um deles. O poder dessa comunidade é estabelecido então, como direito", com o poder do indivíduo, denominado como “força bruta”. Esta substituição do poder individual pelo da comunidade representa o passo decisivo para a civilização⁹.

O mesmo sentimento individualista surgiu nas camaratas que foram exploradas pelos cegos malvados em razão da desconfiança entre os seus ocupantes, de que ocultavam alguns pertences: “suspeitavam alguns que certos egoístas e mal-intencionados haviam escondido parte dos seus valores na altura da recolha, e portanto tinham andado a comer à custa de quem honestamente se tinha despojado de tudo em benefício da comunidade” (SARAMAGO, 2008, p. 163-164).

É esse desalento que surge na constatação da personagem mulher do médico diante do caos que levam os confinados a agirem sem quaisquer princípios humanos, como bárbaros, em um verdadeiro retorno às condições primitivas, não apenas pela escassez de recursos, mas pela forma como agem nessa situação: “Pode ser que a humanidade venha a conseguir viver sem olhos, mas então deixará de ser humanidade, o resultado está à vista, qual de nós se considerará ainda tão humano como antes cria ser [...]” (SARAMAGO, 2008, p. 244).

Outra discussão a respeito é colocada em pauta quando os cegos da terceira camarata passam a exigir mulheres em troca de comida. A situação das mulheres como

mercadoria de troca fez emergir uma discussão ética e moral acerca da conduta a ser tomada. A lógica que se instaura dentro do manicômio é nova, como salienta o narrador, pois os valores e princípios dos cegos pertenciam a outro mundo, o mundo externo, não a este no qual estavam inseridos: “umas quantas opiniões avulsas, nada mais que opiniões, pertencentes a outro mundo, não a este” (SARAMAGO, 2008, p. 167-168).

O estabelecimento dessa nova organização explica a menção em alguns momentos a esses cegos como loucos, não só pela configuração do espaço físico que é um manicômio: “A cega esgoelava-se como as loucas de antigamente, quase louca ela também, mas de pura aflição” (SARAMAGO, 2008, p. 139); mas também por esse novo modo de ver o mundo que não é o admissível socialmente:

Penso na oposição razão e loucura. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato [...] pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber (FOUCAULT, 2008, p. 10-11).

Michael Foucault, em *A ordem do discurso*, salienta que a sociedade impôs um regime de verdade em que aqueles que não o seguem são excluídos como loucos, pois se **expressam absurdamente**. A ordem de sobrevivência que se impõe pela precariedade em que se encontram faz com que os valores, o certo e o errado, o bem e o mal, sejam remodelados dentro daquela nova realidade. O que os internos enxergam é que as máscaras sociais só são válidas em um mundo de visionários, pois, em um mundo de cegos, o culto exacerbado à aparência é deixado, porém se mergulha em seu oposto, que é a emergência do que há de pior no indivíduo.

Dentro do novo ambiente, outras convenções serão elaboradas, sendo desnecessário alimentar uma postura de hipocrisia social, pois essa lógica não faz sentido. Eles já não possuem mais dignidade a ser zelada, no sentido amplo da palavra. As condições mínimas reservadas à natureza humana não lhes são dadas. Assim:

A estagnação física e moral em que vivem as personagens de *Ensaio sobre a cegueira* tem um nome: abjeção. E esta abjeção é-lhes antes de mais

conferida pela posição de isolamento marginalizado em que se encontram, partindo portanto de uma determinação social, e reparte-se depois, durante a vida no manicômio, em dois tipos de motivação: objectiva e subjectiva. De facto, o meio em que vivem, e que ocupa todo o “meio” do romance [...], é um meio de imundície física e de miséria moral (SEIXO, 1999, p. 112).

O momento posterior à noite em que as mulheres da primeira camarata se submetem aos cegos malvados é marcado pela morte da cega das insônias. O incidente é seguido do ato simbólico de purificação do corpo, da retirada das marcas que remetiam ao insulto sofrido. O desejo de purificar o corpo da morta partiu da mulher do médico:

queria lavar a cega das insônias, limpá-la do sangue próprio e do ranho alheio, entregá-la purificada à terra, se tem ainda algum sentido falar de pureza do corpo nesse manicômio em que vivemos, que às da alma, já se sabe, não há quem lhes possa chegar (SARAMAGO, 2008, p. 180).

A ideia de purificação do corpo está atrelada à preocupação que passa a existir naquele ambiente do estabelecimento de uma organização, isso porque, na ausência de iniciativa daqueles que já ali estavam, se sobrepôs o poderio dos cegos malvados, pois estes estavam organizados. A aproximação ordem e purificação é discutida pelo sociólogo Zygmunt Bauman, nos seguintes termos:

Não há nenhum meio de pensar sobre a pureza sem ter uma imagem da “ordem”, sem atribuir às coisas seus lugares “justos” e “convenientes” – que ocorre serem aqueles lugares que elas não preenchem “naturalmente”, por sua livre vontade. O oposto da “pureza” – o sujo, o imundo, os “agentes poluidores” – são coisas “fora do lugar” (BAUMAN, 1998, p. 14).

O autor salienta ainda, citando Foucault, que os loucos, nos primeiros anos da Idade Moderna, eram lançados fora da cidade, como maneira de reorganizá-la. Eles eram colocados numa nau e lançados ao mar, que também era sinal de purificação (BAUMAN, 1998, p. 13). Do mesmo modo, foi necessário que a cega das insônias deixasse a nau da quarentena para uma reordenação do espaço. A própria ausência de explicação de sua morte remete a linguagem dos loucos como não-circulante apontada por Foucault em *A ordem do discurso*, a palavra nula, esvaziada, ou, nas palavras de Saramago: “o inominável existe, é esse seu nome, nada mais” (SARAMAGO, 2008, p. 179).

Nos momentos seguintes à morte da cega, começa de fato a ser delineada outra ordem. A mulher do médico, imbuída pelo sentimento de revolta contra a impunidade, dá indícios de que vai se mover contra aquela opressão. O primeiro indício se dá quando os cegos malvados, comentando sobre a noite com as mulheres da primeira camarata, referem-se de forma desrespeitosa à cega das insônias, dizendo que essa “não era grande coisa” (SARAMAGO, 2008, p. 183). A personagem, ao avisar sobre a morte da cega, se apropria do discurso agressivo desses cegos e o devolve a eles, fazendo-os sentir o primeiro embate com a violência. Depois será o momento em que a esposa do médico resolve que é a hora de agir, matando o líder dos malvados com a tesoura que havia sido guardada. O sentimento era de que a justiça deveria ser feita com as próprias mãos: “a mão que o foi degolar era a mão de todos nós” (SARAMAGO, 2008, p. 193).

Após o assassinato do líder dos malvados, o cego da contabilidade toma a arma e o poder, tornando-se o novo líder da ala esquerda. Porém, o medo ao qual todos os cegos da ala direita estavam submetidos agora passa a se estabelecer também dentro da terceira camarata da ala esquerda, sobretudo pela desconfiança do cego contabilista de que aquela mulher via. O novo poderio é instaurado pela estratégia discursiva da ameaça, o que possibilita a ela se impor e amedrontar aquele que está armado e teoricamente em vantagem:

Da minha cegueira não sabes nada, Tu não és cegas, a mim não me enganas, Talvez eu seja a mais cega de todos, já matei, e tornarei a matar se for preciso, Antes disso morrerás de fome, a partir de hoje acabou-se a comida, nem que venham cá todas oferecer numa bandeja os três buracos com que nasceram, Por cada dia que estivermos sem comer por vossa culpa, morrerá um dos que aqui se encontram, basta que ponham um pé fora dessa porta, Não conseguirás, Conseguiremos, sim, a partir de agora seremos nós a recolher a comida, vocês comam do que cá tem. Filha da puta. (SARAMAGO, 2008, p. 188).

A mudança de posição favorecerá aos demais internos. Por isso, a camarata dos malvados resolve acercar-se de barricadas feitas com camas e assegurar o pouco de comida que ainda lhes restam da comercialização. Todavia, a partir desse momento, as caixas de comida não serão mais entregues pelo poder público, entretanto “a responsabilidade não era do Exército, ali não se tirava o pão da boca a ninguém, que a honra militar nunca o permitiria, se não havia comida é porque não havia comida” (SARAMAGO, 2008, p. 190).

É notório, que a escassez de recursos, até mesmo para os exteriores à quarentena, ocorreu, pois grande parcela da população já está neste momento cega, não há mais mão de obra para manter toda engrenagem funcionando:

O Governo, neste momento as luzes apagaram-se e o altifalante calou-se [...] A mulher do médico disse ao marido, Apagaram-se as luzes, Alguma lâmpada que se fundiu, não admira, depois de permanecerem acesas há tantos dias, Apagaram-se todas, o problema foi lá fora, Agora também tu ficastes cega, Esperarei que nasça o sol (SARAMAGO, 2008, p. 195).

A falta de alimentação fez com que culpassem aquela que havia matado o líder dos malvados, pois agora nem mesmo pagando havia comida. Porém, existia uma única pessoa que sabia quem era essa mulher, a cega que estava sob domínio do chefe dos malvados no momento do assassinato. Mais do que não denunciá-la a mulher do isqueiro redime a mulher do médico, em uma atitude de solidariedade, e decide fazer uma incursão solitária, para procurar a camarata dos malvados e atear fogo às camas: “Um pequeno punhal de lume, vibrando como a ponta duma tesoura” (SARAMAGO, 2008, p. 206). Porém, ao exercer tal feito, a cega deita-se por debaixo da cama na esperança de alcançar maiores extensões daquele colchão. Sem sair a tempo, ela passa a alimentar o fogo com seu próprio corpo, como um cordeiro imolado para salvação do rebanho, e é queimada naquela pira. Não é, entretanto, colocada acima, como nos rituais de cremação dos gregos, mas atua como combustível do apagamento daquela opressão. Quando o fogo se alastra e os cegos deixam o manicômio, tudo o que antes era sinal de opressão é desfeito, o teto da ala esquerda cai e descobre-se que os policiais não estão mais por lá para temerem-lhe as balas. O fogo, símbolo recorrente na literatura¹⁰, é sinal de purificação e de renovação. Serve também para **apagamento da memória**¹¹ traumatizante, ou seja: barbárie destruída, bárbaros mortos, repressão desfeita.

Nesses momentos finais no manicômio, o fato de os cegos não receberem mais alimentação deixa constatar, que a cegueira vence os portões da quarentena, atingindo toda a população – a exceção da mulher do médico –, estagnando a maquinaria do capitalismo. Isso ocorre porque sem o homem tal engrenagem demonstra-se falha. Com a cegueira, bens e serviços não são mais produzidos, pois não resta mão de obra. Todos

os mecanismos são paralisados e instaura-se o caos, pois não há Estado regulamentador das ações de um bem comum. Os indivíduos são, pois, lançados à própria sorte.

É o defeito da civilização, habituamo-nos à comodidade da água encanada, posta ao domicílio, e esquecemo-nos de que para que tal suceda tem de haver pessoas que abram e fechem válvulas de distribuição, estações de elevação que necessitam de energia elétrica, computadores para regular os débitos e administrar as reservas, e para tudo faltam os olhos. (SARAMAGO, 2008, p. 206).

Na obra Saramaguiana, chega-se à total precariedade: não há apenas um racionamento de luz, a energia é cortada e não há efetivamente água sendo tratada, assim como falta uma série de componentes básicos para a higiene e sobrevivência. Isso ocorre, pois, em razão de não haver mais um Estado de Direito regulador de todos esses meios, uma vez que a cegueira não poupou aos poderosos. O poder passa a centrar-se nas mãos dos indivíduos e os benefícios trazidos pela civilização são retirados; volta-se então a viver primitivamente, porém esses indivíduos não possuem mais os anticorpos para esse modo de vida.

A crítica Saramaguiana resvala justamente aí: será que, privado de todas as condições de conforto e segurança, o indivíduo contemporâneo conseguiria sobreviver por si só? O ápice desta individualização que vivemos é mostrado como forma de alerta. Haveria vida se não houvesse um mínimo de um princípio em comum? Os amigos de jornada da mulher do médico, os da primeira camarata, sobrevivem por estarem em grupo, estratégia para combaterem os demais. Mas não seria também essa forma de proteção um isolamento?

É desse modo que percebemos em *Ensaio sobre a cegueira* que o constante isolamento dos indivíduos impossibilita-os de manter uma civilização. O olhar crítico aqui é lançado a uma tendência corrente em nossa contemporaneidade. Assim, o fato de o mal da cegueira ser escolhido na obra para assolar essa população é significativo, pois essa não só os retira a parcela da percepção do mundo que lhes era habitual como os paralisa; a imobilidade contribuirá para esse afastamento que agora não será mais voluntário: “[...] este romance é afinal, de alguma forma, um romance sobre o trânsito interrompido, sobre a marcha detida [...] Não ver é não andar, e este romance acaba por ser uma visão crítica da imobilidade” (SEIXO, 1999, p. 110).

Numa sociedade em que “poucas pessoas continuam a acreditar que mudar a vida dos outros tenha alguma relevância para a sua” (BAUMAN, 2007, p. 30), numa sociedade, evocando novamente Bauman, individualizada, em que os indivíduos se tornam cada vez mais solitários e não-solidários, o encerramento e o isolamento é a parcela de segurança pretendida.

Referências:

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudio Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- COHN, Gabriel. Indiferença, nova forma de barbárie. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004
- EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. *Teoria cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. Tradução de Marcelo Rolemberg. São Paulo: Contexto, 2003.
- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FREUD, Sigmund. El malestar en la cultura. In: _____. *Obras completas. Ensayos XCVIII al CCIII*. Madrid: Biblioteca Nova, 1996. t. III, p. 3017-3067.
- HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política e amnésia. In: SEDUZIDOS pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SARAMAGO, José. Por utopias mais próximas. *Revista Espaço Acadêmico* [on-line], n. 69, fev. 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/069/69/saramago.htm>. Acessado em 09/10/2010.

SEIXO, Maria Alzira. *Lugares da ficção em José Saramago: O essencial e outros ensaios*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1999.

Recebido em 31/03/2011
Aprovado em 06/05/2011

¹ Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado, em andamento, com o título: *O olhar desencantado em Ensaio sobre a cegueira de José Saramago*, sob orientação do Professor Doutor Gerson Luiz Roani.

² Tradução nossa: “El hombre civilizado há trocado una parte de posible felicidad por una parte de seguridad” (FREUD, 1996, p. 3048).

³ O terceiro estágio seria aquele vivenciado após meados do século XX, no qual surge “O conceito de “sociedade pós-industrial” [que] pretende reunir as mudanças ocorridas dentro do capitalismo no período pós-Guerra [...]”. Neste período, “a economia, portanto, muda de uma produção de bens e matérias-primas para a produção de serviços” (EDGAR; SEDGWICK, 2003, p. 314).

⁴ O personagem se feriu logo ao início da quarentena, no episódio em que buscavam o reconhecimento do caminho em direção ao banheiro, liderado pela mulher do médico. Durante tal empreitada tentou realizar a façanha de apalpar a rapariga dos óculos escuros que estava a sua frente atingindo-o, por sua vez, com seu salto alto.

⁵ Agambem chama atenção ainda para o fato de o estado de exceção ser tomado como prática rotineira desses governos, num caráter não apenas provisório mas substitutivo, o que tem propiciado a amputação mencionada por Saramago: “Exatamente no momento em que gostaria de dar lições de democracia a culturas e a tradições diferentes, a cultura política do Ocidente não se da conta de haver perdido por inteiro os princípios que a fundam” (AGAMBEN, 2004, p. 32-33). É característico do Estado de Exceção restringir os direitos dos cidadãos, mas também é característico a restrição do aparato de ação do governo local, sendo os assuntos tratados em amparo federal. Se a Globalização (BAUMAN, 2007, p. 8) também restringe as ações locais instituindo um novo patamar de ação ainda maior que aquele de âmbito nacional, nesse prisma não estaríamos, portanto, imersos em um estado de exceção permanente?

⁶ Tradução nossa: “El aislamiento voluntario, el alejamiento de los demás, es el método de protección más inmediato contra el sufrimiento susceptible de originarse em las relaciones humanas. Es claro que la felicidad alcanzable por tal camino no puede ser sino la de la quietud”(FREUD, 1996, p. 3025-3026).

⁷ A concepção de uma cultura como bárbara sempre advém de uma comparação com uma civilização dita mais elevada. A ideia de que eles regrediram na civilização pressupõe um modelo ideal aliado ao progresso, do qual os que fogem são tomados como não-civilizados. Na obra, tanto os civis e os externos são bárbaros para os cegos quanto os cegos são bárbaros para os civis. Isso porque se delineiam mundos distintos e com necessidades distintas. Ao nomear a prática como barbárie, estamos assumindo a postura da lógica dos **de fora** em relação aos **de dentro**, ou seja, os de fora da cegueira em relação àqueles que estão imersos nela, entretanto, para esses, as práticas são validadas para a sobrevivência. Feita essa ressalva, tomamos a acepção da palavra bárbaro no sentido do comportamento obtido com a retirada dos elementos civilizadores ocidentais nos quais já vivenciaram e que estão atrelados à ideia do progresso. Outra acepção que surge na obra seria a levantada por Cohn, na qual estipula que, se Adorno, em *Mínima Moralía*, expõe que a atenção ao **Outro** é o núcleo da civilidade, a indiferença seria “a forma contemporânea de barbárie” (COHN, 2004, p. 84).

⁸ Cabe salientar o diferencial entre cultura e civilização. Tomamos a palavra civilização como esse conjunto que faz referência ao comportamento dos indivíduos e à forma como uma cultura se impõe sobre outra. Nesse sentido, os conceitos de cultura e civilização são diferentes, já que o primeiro se refere aos bens intelectuais e culturais realizados pelo homem e não às suas maneiras de fazer. “O conceito francês e inglês de civilização pode se referir a realizações, mas também a atitudes ou “comportamento” de pessoas, pouco importando se realizaram ou não alguma coisa. No conceito alemão de *Kultur*, em contraste, a referência a “comportamento”, o valor que a pessoa tem em virtude de sua mera existência e conduta, sem absolutamente qualquer realização, é muito secundário” (ELIAS, 1994, p. 23).

⁹ Tradução nossa: “La vida humana en común solo se torna possible cuando llega a reunirse una mayoría más poderosa que cada uno de los individuos y que se mantenga unida frente a cualquiera de éstos. El poderio de tal comunidad se enfrenta entonces, como ‘Derecho’, com el poderio del individuo, que se tacha de ‘fuerza bruta’. Esta substitución del poderio individual por el de la comunidad representa el paso decisivo hacia la cultura” (FREUD, 1996, p. 3036).

¹⁰ Como em *O Ateneu* de Raul Pompeia, em que o internato é incendiado e destruído junto com a vaidade ostentatória de Aristarco, seu diretor, ou em *O cortiço*, de Aluisio Azevedo, em que o fogo que destrói e purifica o local de suas mazelas, serve para o ideal de João Romão do surgimento de um espaço mais nobre e aburguesado em contraponto à ambientação de antes.

¹¹ A exemplo do que ocorre após governos opressores em que terminam por alterar nomes de ruas, destruir edifícios, realizar outras construções, para que a população esqueça com mais rapidez as práticas exercidas naquele espaço. Sobre processos de amnésia social e relações de memória verificar Andreas Huyssen, “Passados presentes: mídia, política e amnésia” (2000) e Peter Burke, “História como memória social” (2000, p. 67-89).